



ExNEPe

Balanço dos Encontros Estaduais e 23 de Novembro - 2021

CRESCE POR TODO O BRASIL O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMBATIVO E INDEPENDENTE

1. Introdução: A ExNEPe é pra lutar, o imobilismo não vai nos segurar!

2. Situação Política: Enfrentar os ataques do governo com organização popular!

3. Revogação Imediata da BNC: Em defesa da autonomia universitária e da formação unitária do Pedagogo

4. Vitorioso 23 de Novembro por todo o Brasil: Reabertura Imediata das universidades e escolas!



1. Introdução: A **ExNEPe** é pra lutar, o imobilismo não vai nos segurar!

Secretaria Nacional da ExNEPe

Atendendo a convocação da Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia, Executivas Estaduais e Centros Acadêmicos realizaram entre os dias 13 e 14 de Novembro, vitoriosos Encontros Estaduais de Estudantes de Pedagogia. Os Encontros, realizados em 10 estados, expressam o crescimento em ritmo galopante do movimento estudantil combativo e independente. De norte a sul, cada dia mais estudantes tomam a decisão de trilhar o caminho da luta consequente em defesa do ensino público e gratuito.

Os Encontros Estaduais realizados simultaneamente em São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia, Pará, Rio de Janeiro¹ e Paraíba², juntamente ao encontro regional do Vale do São Francisco e o Seminário de Formação Educação e Saúde em Goiás, foram marcados por um altíssimo nível de energia, vigor e combatividade por todos os participantes. **Os massivos encontros, que juntos reuniram centenas de estudantes dos quatro cantos do país coroam os intensos debates e lutas travadas pela ExNEPe ao longo do ano**



de 2021 tendo como resultado grandes vitórias e a certeza de que em 2022 a luta independente e combativa seguirá avançando dia após dia.

No dia 13, primeiro dia dos Encontros, foram realizados em cada região, mesas de discussões sobre Situação Política e sobre o cenário do ensino público brasileiro, destacadamente a mesa que foi tema de todos os encontros **“IMEDIATA REVOGAÇÃO DA BNC: EM DEFESA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E DA FORMAÇÃO UNITÁRIA DO PEDAGOGO!”**. Ocorreram também os Grupos de Discussões (GD's) como forma

dos estudantes aprofundarem o debate sobre os temas levantados nas mesas, de forma a elevar a compreensão de cada um dos presentes e servindo para que fossem sistematizados os Planos de Lutas de cada encontro, a partir das propostas dos participantes. Contando com a presença de professores, as mesas e os debates foram riquíssimos e fez com que todos saíssem ainda mais capazes de seguir intervindo ativamente na luta por um ensino público, gratuito, democrático, com autonomia universitária e a serviço do povo.

Em cada Plano de Lutas aprovado com muito ânimo pelos estudantes foi reafirmado o compromisso de lutar com unhas e dentes contra o projeto privatista para o ensino público, derrotando a EaD, o Ensino Híbrido, a BNC Formação, o corte de verbas e todo e qualquer ataque a universidade pública. **Foi enfatizado a necessidade dos estudantes seguirem elevando sua organização tendo como norte a greve de ocupação - inspirados na vitoriosa ocupação do bandeirão da UFPR em novembro deste ano - como único caminho para**



¹ O Encontro Estadual de Estudantes de Pedagogia do Rio de Janeiro ocorreu entre os dias 14 e 15 de Novembro.

² O Encontro Estadual de Estudantes de Pedagogia da Paraíba ocorreu no dia 21 de Novembro.

barrar a ofensiva privatista e rumar em direção do co-governo estudantil. Para isso, mais do que nunca, os estudantes precisam seguir impulsionando os Comitês de Solidariedade Classista que foram conformados em meio a pandemia, buscando vincular o conhecimento científico produzido nas universidades às reivindicações mais prementes da população mais pobre. Essa iniciativa - num exemplo de classismo - forjou o movimento estudantil combativo e independente em meio as lutas mais árduas, na luta cotidiana, ombro a ombro com o povo, com elevada persistência.

Ainda no dia 13, foram realizadas entusiasmadas atividades culturais. Extremamente animados os participantes dos Encontros entoaram canções populares, recitaram poesias e conclamaram a importância de colocar a cultura

popular a serviço da luta dos povos.

Já no dia 14, ocorreu o Encontro Nacional Extraordinário, de forma virtual. O evento consistiu numa exposição da Secretaria Nacional da ExNEPe e do professor da UFOP Marcos Calazans acerca da luta encarniçada pela reabertura imediata das universidades e escolas. Dessa forma, foi ressaltado que **está nas mãos do movimento estudantil combativo e independente a tarefa de quebrar os cadeados das universidades e escolas. Somos hoje a única força capaz, disposta e tensionada no objetivo de derrubar os muros das universidades, ocupá-las e colocá-las a serviço dos interesses dos estudantes e do povo.** Nessa mesa, cada estado pôde intervir, diretamente de seus encontros estaduais, transmitindo a todos os outros encontros o clima de cada um deles, além de expor as

experiências que temos tido na luta consequente em cada região, universidade, sala de aula, em cada canto onde os estudantes cravam a bandeira da independência, classismo e combatividade.

Portanto, **saudando calorosamente a cada um dos encontros estaduais, regionais e seminários**, expomos abaixo a síntese das discussões que guiaram os vitoriosos encontros e esperamos que o material possa servir a contribuir com a nossa formação, no sentido de nos tornar mais fortes e mais preparados para as batalhas que se apresentam no horizonte dos estudantes, professores, pesquisadores, intelectuais e todos aqueles interessados em lutar com unhas e dentes pela defesa das universidades brasileiras e por um ensino público, gratuito, democrático, com autonomia universitária e a serviço do povo e do progresso da nação!



2. Situação Política: *Enfrentar os ataques do governo com organização popular!*

Em quase dois anos desde o início da pandemia da covid-19, e com o fechamento das escolas e universidades por todo o país, foi desencadeado o maior ataque ao ensino público e gratuito de todos os tempos. Seguindo os ditames do Banco Mundial (BM) e Fundo

Monetário Internacional (FMI), o governo federal tem levado a cabo um processo sistemático de ataques aos direitos mais básicos do povo, cinicamente manejando a situação pandêmica para dar ares de legitimidade à sua cruzada privatista contra o

ensino. Direitos trabalhistas e previdenciários ameaçados pelas constantes contrarreformas, direito de reunião e manifestação política, tornados praticamente nulos pela repressão policial, assassinatos de camponeses e chacinas nas favelas das grandes

idades diariamente. A juventude se encontra abandonada a própria sorte, tendo que engolir goela abaixo o EaD como única forma de ensino durante a pandemia e vendo desaparecer toda sua perspectiva de futuro, sem estudo e trabalho digno.

Bolsonaro, hipócrita como sempre, bravateia contra as medidas de isolamento e proteção, contra o uso de máscaras e a vacinação da população, tudo em nome da “economia” (leia-se dos super-lucros da burguesia e não da sobrevivência do pequeno produtor e comerciante) ao passo que calou frente ao fechamento das escolas e universidades. Afinal, para ele, seria extremamente mais difícil levar a cabo suas constantes campanhas de desinformação e obscurantismo tendo de enfrentar frontalmente a ciência e os cientistas, professores e estudantes das universidades e escolas do país em ligação estreita com o povo. Muito mais fácil convencer dezenas de milhões a não praticar distanciamento social, a não usar máscara, a não lutar por vacinação e a simplesmente continuar trabalhando como se nada tivesse acontecido, sem o incômodo de ter de lidar com a mobilização e organização popular, originadas nestes espaços de conhecimento e debate. O resultado está aí: mais de 617.000 mortos, uma vacinação que caminhou a passos de lesma, uma população acostumada a enterrar seus parentes e comer ossos dizendo “final a culpa é da pandemia”, como se o genocídio, a miséria e a fome fossem fortuitos.

As crianças e jovens de nosso país, de forma geral, não aprenderam absolutamente nada nestes dois anos que se passou, a exceção são alguns poucos de famílias com melhor condição financeira que pagaram por tutorias particulares durante este período. Milhões foram simplesmente abandonados, suas escolas não tiveram capacidade alguma de proporcionar aprendizado, mesmo com a ação heroica de muitos professores honestos, a grande maioria foi simplesmente aprovada para o próximo ano de forma automática



e dessa forma teve o acesso ao conhecimento negado. Outros tantos tiveram que abandonar seus estudos para trabalhar, ajudar em casa, ou ainda, perdeu-se para o tráfico de drogas e prostituição que, crescentemente, roubam-lhes a juventude e mesmo a vida.

Uma parte considerável do professorado e do Movimento Estudantil, frente a este cenário catastrófico, foi cooptada pelo incessante terrorismo midiático, capitaneado pela Rede Globo e pelos humanistas de ocasião tais como Doria e Witzel (de dia fechando escolas em nome da vida, de noite atirando no povo de cima de helicópteros em nome da paz). A burocracia acadêmica, parte integrante do Estado, vendeu-se, barato, para o governo, fazendo coro e viabilizando o fechamento das universidades em troca de manter seus carguinhos rendosos e igrejinhas dentro dos departamentos intactos enquanto protegia a vida, a deles mesmos, em suas casas largas mantidas com seus salários muito bem pagos pelo povo.

Mesmo com Bolsonaro intervindo diretamente na escolha de reitores em 16 IFES, cortando mais de 5 bi da educação superior e fazendo troça dos orçamentos da Capes e CNPQ (o deste último se iguala ao valor gasto pelo exército com iogurte em 2020: 62 milhões de reais), este povo não considerou por um momento sequer fazer mais que um alarde no tuíte

para de fato defender a educação. O velho movimento estudantil mostrou-se ainda mais inútil. Incapaz de sair do imobilismo em que se enfiou, passou a acusar de “terrorista espalhador do vírus” qualquer um que se mobilizasse para lutar junto ao povo durante a pandemia. A ambos cabe disputar o troféu de maior peso às massas, mas bem sabemos que se posarão como os maiores defensores do povo tão logo se inicie a corrida eleitoral. Para o lixo da história! Já vão tarde.

Inclusive, não é possível para o oportunismo combater a EaD e o processo de privatização das universidades, isso porque, historicamente, ele mesmo promoveu a Educação à Distância como forma de favorecer grupos educacionais privados e enfraquecer o ensino superior público. O Plano nacional de Educação (PNE) 2001 – 2010, incluía 22 metas para a EaD e o programa federal de Financiamento Estudantil (FIES), programa no qual o governo federal cedeu milhões ao setor privado através de crédito, incentivando as camadas empobrecidas do povo a ingressarem nos cursos oferecidos pelas instituições privadas, política que endividou milhões de estudantes, ao passo que enriqueceu os grandes conglomerados do ensino.

No gerenciamento oportunista de Luís Inácio a privatização e a implementação

da EaD se aprofundam de maneira vertiginosa. O Decreto n. 4.914 concedeu autonomia aos centros universitários – tidos como universidades de fachada, já que estão isentos da obrigatoriedade de realizar pesquisa – e o Decreto n. 5.622 regulamentou a Educação a Distância (EaD) no Brasil, levando a um aumento, entre 2005 e 2006, de 184% no número de cursos autorizados para EaD e de 171% no número de Institutos de Ensino Superior (IES) credenciadas para a modalidade entre 2004 e 2006, segundo dados do INEP.

Frente a tudo isso a Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia, única entidade estudantil a nível nacional a manter a defesa e aplicação da luta presencial e combativa durante a pandemia se coloca diametralmente oposta ao oportunismo e imobilismo representado pelo velho ME e declara abertamente que as universidades e escolas de nosso país devem ser ocupadas e transformadas em trincheiras da luta de classes, partindo da aplicação do co-governo estudantil, para dar luta contra o processo eminente de privatização do ensino público, agigantado pela EaD!

Em dois anos de dura luta logramos elevar a mobilização, politização e organização dos estudantes universitários de nosso país, particularmente da pedagogia, com otimismo e ânimos redobrados para

enfrentar todo este estado de coisas decrepito. Inspirados pela organização dos camponeses, nos lançamos a concretizar a fundação de dezenas de comitês sanitários por todo o país, num exemplo de solidariedade e engajamento popular, realizando aulas de reforço escolar, produzindo materiais de proteção e higiene com os moradores, organizando suas reivindicações políticas, realizando eventos culturais e de lazer com a juventude, num esforço crescente por ligar-nos ao povo pobre e trabalhador. Junto da juventude combatente tomamos as ruas em grandes manifestações no começo e metade do ano, comprovando que nossa defesa da luta presencial é justa e representa os anseios do povo. Realizamos inúmeros eventos estudantis nas regiões em que temos trabalho, especialmente em torno dos dias 28/03, Dia do Estudante Combatente e 23/11, Dia Nacional de Lutas da Pedagogia, bem como dezenas de seminários, pré e pós-ENEPes, encontros estaduais e, principalmente os transcendentais 40º Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia (ENEPe) no PR em 2020 e 24º Fórum Nacional de Estudantes de Pedagogia (FoNEPe) em SP em 2021. **Estes eventos foram os únicos eventos estudantis nacionais presenciais em toda a pandemia. Serviram para elevar o nível do debate político e da organização nacional do ME da pedagogia, sem acarretar nem um único contaminado, mais uma comprovação da justeza de**

nossa posição.

Em consonância com as definições do 24º FoNEPe estamos levando a cabo nossa tática da greve de ocupação para conquistar a reabertura cabal das universidades e derrotar a imposição da EaD. **Na UFPR, após exitosa ocupação do Restaurante Universitário em outubro deste ano, a reitoria foi obrigada a definir a data para o retorno presencial das aulas e do funcionamento do restaurante, uma clara vitória do ME combativo inspirado em nossas posições. Exemplo do que deve ser feito em todas as universidades do país.**

O ano que se inicia será, sem sombra de dúvidas, de muitas lutas. Temos já previsão de retorno das aulas em muitas universidades, mas a EaD e o perigo de privatização do ensino público permanecem. O governo federal imporá maiores e mais sinistros ataques aos direitos do povo, em especial à educação, por se encontrar em profunda crise política e econômica, ao passo que o oportunismo, desmoralizado, tentará canalizar toda a energia e revolta do povo para mais um podre circo eleitoral. **Mais uma vez caberá ao ME combativo vanguardar as lutas nas escolas e universidades, mobilizando e organizando mais e mais estudantes para resistir aos ataques e lutar pela gratuidade, democracia e autonomia, apontando sempre o caminho da luta e negando o da conciliação.**



3. Revogação Imediata da BNC: **Em defesa da autonomia universitária e da formação unitária do Pedagogo**



3.1 BNC de Formação de Professores: **Esvaziamento científico do currículo a serviço dos Organismos Internacionais**

Como parte do plano privatista de impor uma concepção de ensino negacionista, anticientífica, tecnicista e pragmática, a Resolução 2/2019 do CNE/CP definiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FP). Esta resolução serve como instrumento de padronização, regulação e maior controle político-ideológico da formação dos professores e de sua carreira. Além disso, fere a autonomia das universidades no que diz respeito à organização de seus cursos de licenciatura. Organismos Internacionais como a OEA, UNESCO e MERCOSUL, além de movimentos empresariais como Todos Pela Educação e Movimento pela Base são os principais idealizadores dessas diretrizes expressas na Resolução CNE/CP Nº 2/2019, que a serviço dos monopólios estrangeiros, impõem uma formação esvaziada cientificamente, atentando contra a liberdade de cátedra dos professores, uma vez que restringe o direito do professor de expressar um ponto de vista científico, formulado a partir do acúmulo de conhecimento adquirido em anos de estudos, pesquisas, debates e o próprio exercício da profissão, obrigando-o a aplicar a cartilha do MEC/Banco Mundial como mero “dador de aulas”. As novas diretrizes, que tem sofrido intensa resistência de estudantes e professores foram aprovadas à toque de caixa e impostas sem nenhum debate com as entidades acadêmicas, científicas e sindicais



da área da educação.

3.2 Currículo Pedagógico em disputa: Retorno às velhas habilitações tecnicistas do regime militar fascista

O currículo de formação do curso de pedagogia está em disputa desde o surgimento do curso, em 1939, através do Decreto-Lei nº 1.190/39, que situava a formação de Técnicos em Educação. A ênfase eminentemente técnica expressava a preocupação do Estado brasileiro em implementar, através da formação, seu controle social sobre as escolas, professores e alunos. Portanto, a dicotomia em nossa formação, qual seja: professor x especialistas, bacharelado x licenciatura, generalista x especialista, técnico em educação x professor, está presente desde a primeira regulamentação da estrutura e funcionamento do curso de Pedagogia, expressão das diferentes tendências teóricas e concepções de pedagogo em disputa.

Foi em 1962, a partir do Parecer nº 252, de Valnir Chagas, que se deu a oficialização da dicotomização do curso ao separá-lo entre bacharelado e licenciatura, orientando o curso de Pedagogia a formar o especialista, dando abertura para a criação das habilitações nos anos seguintes.

Já no regime militar, as Indicações nº 68/1975 e nº

70/1976 do Conselho Nacional de Educação, que fundamentados na pedagogia tecnicista pautada nos princípios da produtividade, racionalidade e eficiência, ameaçavam de extinção o curso de pedagogia ao fragmentar docência e especialidades (supervisão, orientação, administração, inspeção e planejamento) e preconizar uma formação de modo a treinar pedagogos para a aplicação mecânica das regras e planos educacionais do regime militar no ensino público.

Entretanto, já nesse período o curso de pedagogia se mostrava como uma verdadeira trincheira de luta contra esses ataques e em defesa de uma formação unitária do pedagogo. Em resposta às Indicações citadas, as associações docentes se levantaram e lutaram de maneira consequente na defesa do curso de pedagogia, em meio às greves de 1979 que sacudiram o país. A luta se intensificou e passou a unificar com as demais licenciaturas no combate às contrarreformas universitárias que, através da Lei nº 5.540/68, visavam aplicar as mesmas lógicas produtivistas e tecnicistas à educação escolar como um todo, ao minimizar áreas das ciências humanas com a retirada das disciplinas obrigatórias como História, Sociologia e Filosofia do currículo do ensino básico, semelhante com o que se faz atualmente com o famigerado "Novo Ensino Médio".

Não é mera coincidência que o retorno ao velho currículo tecnicista e pragmático se dê em meio ao governo militar de Bolsonaro e generais. Esses gorilas positivistas tem aversão a tudo que cheira a democrático e por isso investem pesado na implementação de currículos esvaziados cientificamente, de forma a tentar minar o debate científico nas escolas e universidades, impondo como única forma de pensamento o obscurantismo e o negacionismo.

Em 1990, o Relatório Delors preconiza o professor como um profissional criativo, capaz de assumir múltiplas funções, tais como difundir novas competências em sala de aula. A ideia da vida em comunidade, das sociedades aprendentes e da adaptação às novas tecnologias caracterizavam o que deveria ser o novo sujeito e o novo professor. Já em 1998 o Ministério da Educação publicou, em correspondência com o Relatório Jaques Delors, os Referenciais para Formação de Professores. Esses referenciais propunham a formação de professores orientada pela construção de competências profissionais, pela utilização dos conhecimentos adquiridos para a resolução de situações-problema e para a tomada de decisão rápida em função do contexto, de forma a orientar para um saber-fazer que privilegie as aprendizagens específicas para atuar em situações

³ Valnir Chagas: Um dos principais responsáveis pelas políticas educacionais do regime militar, atuando de forma ininterrupta no Conselho Federal de Educação (CFE) por quatorze anos, de 1962 a 1976. Integrou o Grupo de Trabalho (GT), que formulou o projeto de Reforma Universitária de 1968 e elaborou parte considerável do anteprojeto de lei que orientou as reformas dos 1º e 2º graus, em 1971.

imediatas e incertas no cotidiano escolar marcado pela precarização e desvalorização profissional.

Fundamentados na lógica construtivista pós-moderna do “aprender a aprender”, “saber fazer”, em profunda articulação com os pressupostos econômicos da Teoria do Capital Humano, a Pedagogia das Competências e a Pedagogia Tecnicistas, concepções de ensino proclamadas pelos organismos internacionais, são base da BNCC e da BNC-FP, que visa formar professores e alunos polivalentes, versáteis, “inovadores”, adaptados a condição de explorados.

3.3 BNC-FP: fragmentação da formação docente em alinhamento aos princípios da BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - produzida pelos setores empresariais a partir dos ditames do Bando Mundial e das concepções pragmáticas e tecnicistas, atendendo aos interesses dos latifundiários, grandes empresários e banqueiros - representa a centralização e homogeneização do currículo ao retirar a autonomia pedagógica das escolas e dos professores do ensino básico impondo os conteúdos, condicionando a produção de material didático, além de favorecer o sistema de controle por meio de programas de avaliação dos índices de desempenho de professores e alunos, visando unicamente classificá-los e puni-los. Nesse sentido, a BNC-FP deve articular-se aos princípios e execução da BNCC, conforme os artigos 1º, 2º e 3º da Resolução CNE/CP Nº 2/2019. O 2º pressupõe o desenvolvimento, no formando, das competências gerais previstas na BNCC. Já o 3º dispõe sobre as competências específicas e habilidades, como “aprendizagens essenciais”, previstas na BNCC.

Ainda, de acordo com o artigo 7º, a organização curricular dos cursos de pedagogia deverá estar em “consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica”. Também o Art. 8º II exige “o compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC”.

A partir da Resolução CNE/CP Nº 2/2019 (BNC-FP) os cursos de pedagogia não formarão mais para docência, gestão e coordenação

(CF/88) e na LDB9394/96. Os cargos de direção escolar não mais serão eleitos pela comunidade escolar e sim exercidos por técnicos que tiverem habilitação específica em Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional para a Educação Básica, de acordo com o Art. 22º da Resolução.

Com isso, retorna-se à perspectiva fragmentada entre docência e especialidades da formação do período do Regime Militar. A formação geral do pedagogo se converte em habilitações independentes e desconectadas entre si, destruindo



pedagógica ao mesmo tempo, garantindo a formação geral do pedagogo para atuar na escola, uma vez que a Resolução dispõe que o formando em Pedagogia deve optar por fazer cursos específicos que são: formação para o magistério na Educação Infantil, magistério do Ensino Fundamental I e para a Gestão Escolar. Dessa forma, a gestão escolar não será mais realizada por docentes e sim por técnicos, o que representa um ataque frontal ao princípio da gestão democrática da escola pública, assegurado na Constituição Federal de 1988

o conceito de licenciatura e bacharelado integrados, fragmentando e alienando a formação do pedagogo. Além disso, como forma de reduzir os gastos do Estado com educação, no Art. 18º a Resolução legitima “cursos em Nível Médio, na modalidade Normal, destinados à formação de docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental”, ferindo o assegurado na LDB de que a formação docente deve ser em nível superior. Ao formar técnicos de magistérios, como ocorria no regime militar, visa-se a formação

⁴ Relatório Delors: documento formulado em 1996 pela Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, sob direção de Jaques Delors e financiamento da UNESCO. Preconizava 3 pilares fundamentais para a educação: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a agir.

⁵ A construção sistemática da teoria do capital humano deu-se no grupo de estudos do desenvolvimento coordenado por Theodoro Schultz nos EUA, na década de 1950. A ideia-chave é instrução, treinamento e educação, corresponde a um acréscimo marginal de capacidade de produção, ou seja, um grau de capacidade, de habilidades que potencializam a capacidade de trabalho. O investimento em capital humano é rentável nos países do Terceiro Mundo (FRIGOTTO, 2000, p. 41).

de professores sem formação teórico/prática fundamental para o exercício crítico e ativo da profissão, despolitizados, inofensivos politicamente, meros “dadores de aulas” com salários baixíssimos.

3.4 Para além da pedagogia a BNC destrói os cursos de licenciaturas

De acordo com os art. 10º e 16º da resolução, os ataques da BNC atingem também as demais licenciaturas e a formação da docência em Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Quilombola, respectivamente. Assim como para a pedagogia, a resolução atinge a formação de todas as áreas do conhecimento e impõe aos cursos de licenciatura uma nova estrutura de funcionamento e a concepção empresarial tecnicista e privatista, também alinhados aos princípios da BNCC da Educação Básica. Já o Art. 19º versa sobre a flexibilização e a minimização da formação na forma de segunda licenciatura. Para os licenciados bastam 560 (quinhentas e sessenta) horas para o conhecimento pedagógico dos conteúdos específicos da área do conhecimento ou componente curricular, se o curso for de área distinta de sua formação. Mas, se a segunda licenciatura corresponder à mesma área de sua formação original, bastam 360 (trezentas

e sessenta) horas. Exemplos: o licenciado em Química fará apenas 360 horas de conteúdos específicos para se habilitar em Física; o licenciado em Filosofia precisa cursar apenas 360 horas de componentes curriculares de Ciências Sociais ou Pedagogia. Já no caso de graduados não licenciados a situação é ainda mais grave: a habilitação para o magistério se dará no curso destinado à Formação Pedagógica, que deve ser realizada com carga horária básica de 760 (setecentas e sessenta) horas, de acordo com o Art. 21º. Dentre essas 760 horas, 360 (trezentos e sessenta) serão para desenvolvimento das competências descritas na resolução e 400 (quatrocentas) horas para a prática pedagógica na área ou no componente curricular. O objetivo dessa medida bizarra é aumentar de forma exorbitante o lucro das instituições privadas com a venda de certificados desse tipo de formação, enquanto que as universidades públicas se rebaixarão ao mesmo nível de formação das instituições privadas, tornando-se meras distribuidoras de diplomas sem que haja a garantia de formação, possibilitando cortes ainda mais vultosos de verba do ensino público superior. Ao mesmo tempo, com isso, garante-se uma grande reserva de mão de obra barata e desqualificada de licenciados das diversas áreas.

Outro aspecto que deixa claro o alinhamento da BNC-FP aos interesses do setor empresarial é a legitimação das instituições privadas de ensino superior como locus preferencial da formação, em detrimento das universidades públicas, além de favorecer a formação à distância.

Ao fragmentar e esvaziar o currículo, a BNC-FP propõe uma formação superficial, vinculada ao praticismo pós-moderno. O Art. 7º ao prever o “aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros” relativiza ao extremo os conteúdos, desvaloriza a teoria e preconiza a subjetividade, a supremacia da prática pela prática.

3.5 Imposição da BNC e ataque a autonomia universitária

O Ministério da Educação editou a Portaria Nº 412, de 17 de junho de 2021 e logo em seguida, para aplicá-la publicou o Edital Nº 35, de 21 de junho de 2021, devido à forte resistência das universidades em aplicar as diretrizes da Resolução CNE/CP 2/2019 (BNC-FP).

Na contramão das prerrogativas da CF/1988 e LDB 9394/96, a Portaria nº 412 fixa a obrigatoriedade e total alinhamento à BNCC e à BNC-Formação, desrespeitando e afrontando a autonomia universitária. Os objetivos do programa, de acordo com seu Art. 3º são de promover a adequação da Pedagogia e das Licenciaturas, assim como os cursos de formação continuada à BNCC e à BNC e “estimular o desenvolvimento e a oferta de novos formatos de curso de formação de professores, visando promover licenciaturas interdisciplinares, em rede, e com ênfase na vivência prática na escola básica”





Já o Edital 35, de 21 de Junho de 2021, busca “incentivar o desenvolvimento de propostas formativas inovadoras, que considerem as especificidades da formação em serviço para professores da Educação Básica, por meio do uso pedagógico das tecnologias, das metodologias ativas, de ensinamentos híbridos e de empreendedorismo” e é a expressão do desespero do governo por impor a BNC às universidades, que vem resistindo bravamente, uma vez que esta é fundamentalmente a aplicação da Portaria Nº 412, de 17 de junho de 2021.

3.6 Em defesa da Formação Unitária do Pedagogo

Em contraponto a formação fragmentada, pragmática e esvaziada cientificamente, a ExNEPe, desde seu VII FoNEPe em 2005, defende a concepção da formação unitária do pedagogo. Esta concepção tem como princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e gestão e tem como base o conceito marxista de totalidade, através da síntese das múltiplas determinações de uma formação científica, comprometida com a transformação da sociedade.

O termo unitário tem como referência à Escola Unitária de Gramsci, em que o autor explica que nesse ambiente escolar “o estudo ou a maior parte dele deve ser desinteressado, ou seja, não deve

ter finalidades práticas imediatas ou muito imediatas, deve ser formativo ainda que “instrutivo”, isto é, rico de noções concretas”. Ou seja, na concepção da formação unitária que defendemos o curso de pedagogia não deve formar professores com a “finalidade prática” de dar aula a partir de uma cartilha pronta, e sim formar o cientista da educação, tendo como objeto de estudo e trabalho o processo educativo como um todo, capaz de compreender a totalidade do fenômeno educativo, que se dá não apenas em sala de aula, mas também nos espaços formais e não formais de produção de conhecimento.

Importante destacar que o processo educativo tratado genericamente e de forma imprecisa como educação não se dá apenas no ambiente escolar e sim também em todas as relações humanas, nesse contexto consideramos os três tipos de práticas sociais: **luta pela produção, luta de classes e experimentação científica**, sendo assim a escola e as relações de transmissão e produção de conhecimento em seu interior são melhor caracterizadas como ambiente de instrução/ensino público.

Alguns dos princípios que formulamos em nossas diretrizes curriculares são o da **Docência** como ato político-pedagógico que compreende

ações que tem como objetivo desenvolver a aprendizagem, através de um contínuo exercício de transformação da realidade, desenvolvendo nos alunos uma visão crítica da mesma. No que diz respeito à **Pesquisa**, esta deve ser parte obrigatória dos currículos de qualquer instituição de ensino superior. Além disso, o estudante deve participar de todas as etapas da pesquisa e não ser tratado apenas como “tarefeiro”. Ainda, as pesquisas não devem ter interesse mercadológico, em função dos monopólios estrangeiros ou nacionais e sim estar a serviço dos interesses do povo e da nação, partindo de temas elaborados em conjunto com a sociedade, indo de encontro de suas necessidades. Já a **Gestão**, deve ser construída de maneira democrática com toda comunidade escolar. As discussões e deliberações devem ser feitas coletivamente, a gestão e a instituição sujeitas a constante avaliação da comunidade escolar, para que se aprimore cada vez mais a qualidade do trabalho. O pedagogo deve ocupar-se da coordenação político-pedagógica colegiada dos ambientes educativos e educacionais.

Em relação ao estágio, o compreendemos como um conjunto de ações político-pedagógicas que tenham como objetivo aperfeiçoar a prática pedagógica através da relação dialética ente teoria e prática. O estágio deve estimular o trabalho

coletivo, ser supervisionado, orientado pelos professores universitários e sistematizados a partir das experiências dos estudantes visando desenvolver o conhecimento científico. O conhecimento verdadeiramente científico só pode ser resultado da relação prática-teoria-prática, ou seja, uma prática guiada por uma teoria científica, que por sua vez se aplica na prática para ser comprovada e desenvolvida. Dessa forma, os estágios e práticas pedagógicas devem consistir em componentes fundamentais do processo formativo do pedagogo e que os mesmos tenham relação direta com a formação teórico investigativa dos estudantes, num exercício constante de análises críticas da realidade econômica-político-sócio-histórica.

3.7 Revogação Imediata da BNC

No dia 05 de agosto, o Pleno do Conselho Nacional de Educação aprovou a extensão do prazo de adequação dos cursos de licenciatura à Resolução 2/2019 até dezembro de 2022. A prorrogação do prazo de adequação se dá como resultado da intensa luta de entidades estudantis, acadêmicas e de formação, assim como a formação de um Movimento Nacional em Defesa do Curso de Pedagogia e representa uma vitória parcial de todos aqueles que defendem o nosso curso e a universidade pública e gratuita. A decisão nos aponta a necessidade de seguir cerrando fileiras em torno da revogação imediata da Resolução 2/2019. Combater e enterrar de uma vez por todas a

BNC é tarefa de todos os setores democráticos. Estudantes, professores, pesquisadores e intelectuais honestos devem mais do que nunca resistir contra esse projeto falido de destruição da formação docente e do ensino público. Portarias e editais nenhum farão frente à fúria dos estudantes e professores que se levantam e se levantarão cada dia mais para jogar essa Resolução no lugar que ela merece: a lata do lixo da história do governo militar de Bolsonaro. A defesa da autonomia universitária, da formação unitária do pedagogo, assim como a luta contra os cortes de verbas e a EaD, a defesa intransigente do ensino público, gratuito, democrático, e a serviço dos interesses do povo, serão nosso pão de cada dia.

4. Vitorioso 23 de Novembro por todo o Brasil: Reabertura Imediata das universidades e escolas!

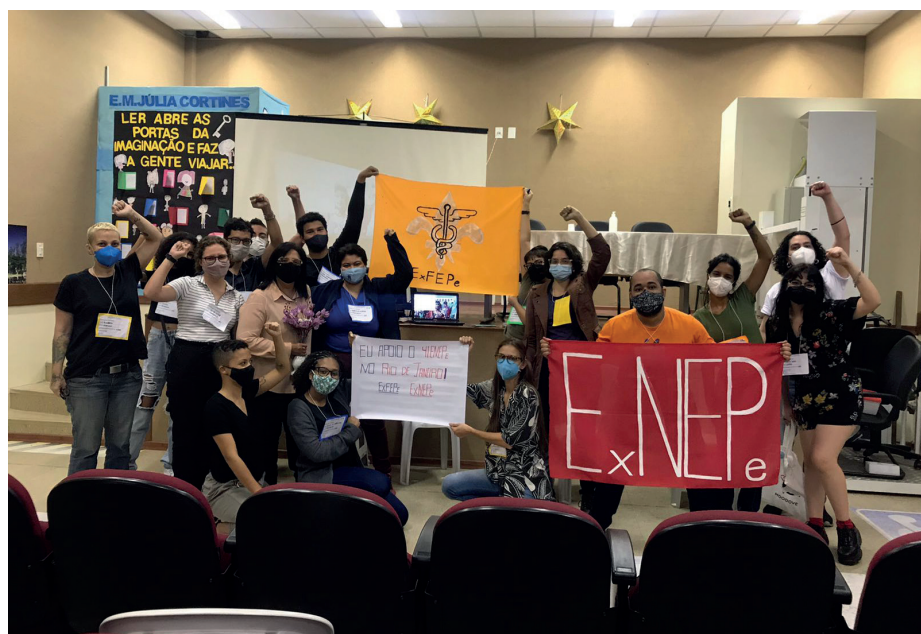
No dia 23 de Novembro, a Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia (ExNEPe) juntamente a estudantes de pedagogia, licenciatura, professores e ativistas realizou importantes atividades em todo o país para marcar o **vitorioso Dia Nacional de Luta em Defesa do Ensino Público e Gratuito**. As atividades também serviram para celebrar os 10 anos da histórica greve da Unir, marco no movimento estudantil em nosso país.

Dessa forma, foram realizadas colagens de centenas de cartazes em várias universidades e cidades brasileiras defendendo a abertura imediata das universidades e escolas e contra os cortes de verbas no ensino público. Também foram feitas aulas públicas em várias universidades, praças e terminais de ônibus. Com isso, os estudantes lançaram um poderoso grito de norte a sul em defesa da Universidade Pública e gratuita, exigindo o direito de

estudar e aprender, direito este que este tem sido cerceado pela política criminoso de fechamento das universidades e imposição da EaD.

Tal política é parte do maior ataque à Universidade Pública em décadas. Dessa forma, vemos a evasão avançar gigantescamente,

sendo a antessala de justificativas de fechamento de cursos e estruturas, ou sua transformação em EaD. E a cada semana mais e mais estudantes são expulsos, por falta de condições de se manterem, empurrados pela grave situação de miséria e carestia de nosso povo. Situação essa que se torna mais drástica com os acachapantes



cortes de bolsas, pesquisas e projetos que não param de ocorrer. Além disso, frente aos ataques, a manutenção do fechamento das universidades e imposição da EaD serviu para desmobilizar o movimento estudantil como nunca antes.

Nesse sentido, **a volta às aulas presenciais e reabertura da universidade se coloca como a principal demanda dos estudantes hoje e é fundamental para barrar tais ataques. Os estudantes querem suas salas de aula novamente, querem estudar e aprender de verdade.** E ainda mais, querem novamente o RU, a biblioteca, os laboratórios e espaços de estudo. Além disso, é presencialmente, em nossas salas de aula e nos ambientes da universidade que podemos ter contatos com os nossos colegas, tirar dúvidas das matérias, ter apoio, inclusive para uma grande parte, somente assim conseguir assistir as próprias aulas.

Num momento em que a vacinação está avançada, além do próprio controle da disseminação do vírus, o discurso de parte da burocracia acadêmica que defende a manutenção de tal fechamento ou põe em risco a volta presencial por conta da pandemia é negacionista e não condiz com a realidade. Acabam dessa forma de pôr em dúvida a própria eficácia das vacinas, das medidas

protetivas e da ciência produzida dentro das universidades que dizem defender. A volta às aulas presenciais inclusive já ocorreu com várias universidades públicas e privadas ao redor do país, além das escolas. Demonstrando assim não só essa possibilidade, mas como tem sido importantíssimo para alunos e professores.

Manter a Universidade Pública a portas fechadas, enquanto tudo a sua volta já voltou presencialmente, corrobora com o discurso obscurantista presente hoje da sua não importância para a sociedade e da ciência produzida em seu meio. Agindo dessa forma, parte da burocracia acadêmica acaba por fazer coro com os privatistas e reacionários que pretendem destruir o ensino superior público e gratuito. Afinal, se as universidades estão paradas e sem funcionamento, por que precisam de verbas?

No fundo, o verdadeiro motivo de não voltar às aulas presencialmente é exatamente os escabrosos cortes de verbas que tem atingido o ensino superior público e que põe em risco seu retorno e funcionamento, como podemos observar em declarações até dos próprios reitores. Dentro dos planos privatistas, manter as universidades fechadas é capitular da luta em defesa da universidade pública, e corroborar com esse plano. É aceitar os cortes, enquanto fecham cursos, laboratórios,

turmas, e cortam bolsas por um lado, quando por outro avançam na implementação da EaD seja por inteiro ou através dos currículos híbridos.

Os oportunistas e essa parte da burocracia acadêmica, que se encontra em seus pequenos feudos, agem como se a universidade fosse deles, como se pudessem decidir sobre quando voltar e o que fazer tudo a revelia dos estudantes e do povo. Assim como impuseram de forma antidemocrática o fechamento e a EaD, também da mesma forma decidem sobre sua manutenção. **Dessa forma, a luta pela reabertura das universidades e volta às aulas presenciais é uma luta política e somente a luta combativa, independente e classista poderá isolar tais posições e garantir a volta às aulas presenciais, a abertura e funcionamento do RU, biblioteca, laboratórios, dos próprios cursos, do recebimento de bolsas, etc. Só a tática da greve de ocupação pode combater os cortes, o sucateamento e garantir o funcionamento da universidade a serviço do povo!**

Assim, devemos mirar no exemplo da vitoriosa ocupação do RU da UFPR deste ano, onde depois de dois dias de combativa luta e aplicando a tática de greve de ocupação, os estudantes forçaram a reitoria a apresentar um plano concreto e data para a volta às aulas presenciais e abertura do RU. A manifestação na reitoria da UEMS recente também seguiu no mesmo caminho, forçando a reitoria a se reunir com os estudantes e discutir a volta presencial das aulas e outras demandas, isolando assim as posições contra e fazendo aprovar a volta para o início do ano que vem.

E mais que isso, devemos mirar na gloriosa greve da UNIR de 2011. A histórica greve durou mais de 77 dias, sendo que destes, 56 dias de ocupação do prédio da reitoria tendo o apoio de inúmeros professores democráticos, de organizações populares e da população em



geral. Tem uma importância histórica por seu caráter massivo e direçãoconsequentequeconseguiu pela primeira vez derrubar um reitor de uma universidade, demonstrando também na prática o co-governo estudantil (direção compartilhada entre estudantes e trabalhadores do ensino). Dentro disso, os estudantes lutavam por democracia, por uma estrutura digna para os cursos, por laboratórios, por mais professores e qualidade de ensino, além de exigirem a saída imediata do reitor José Januário de Oliveira Amaral, acusado de

corrupção e alvo de investigações.

Dessa forma, a vitoriosa greve de ocupação da UNIR é um marco da luta estudantil, comprovação da força combativa dos estudantes. Importante mirarmos nesse exemplo enquanto atravessamos o mais grave ataque ao ensino público em décadas, com a enorme dispersão causada pela imposição da EaD e criminoso fechamento das escolas e universidades. Nos traz grande ensinamento, apontando o caminho para a conquista de nossas demandas, que só ocorrerão

através da luta independente, classista e combativa. **Não pagar, nem fechar! Greve de ocupação, assumindo o controle de sua estrutura e garantindo a retomada do seu funcionamento! Além disso, transformar esses locais em espaços de mobilização e politização, aplicando na prática o co-governo estudantil. Dessa forma, devemos ocupar todas as universidades em defesa do direito de ensinar, estudar e aprender, pela reabertura das universidades e escola, a volta às aulas presenciais e contra os cortes e ataques privatistas!**

5. Conclusão: Todos ao 41º ENEPe no Rio de Janeiro!

Atravessamos um ano de intensaslutaseconquistadevitórias para o movimento estudantil combativo e independente, que segue crescendo cada dia mais. O grau de unidade atingido pela ExNEPe ficou expresso em nossos debates, encontros estaduais, plenárias, atuação nas manifestações nacionais e no vigoroso 23 de Novembro por todo o país. O cumprimento do Plano de Lutas do 40º ENEPe, reafirmado no 24º FoNEPe tem norteado nossa intervenção sob as bandeiras da independência, do classismo e da combatividade e são garantia de mais vitórias que virão.

Com a nossa organização elevando-se a cada dia, as perspectivas para o ano de 2022 são brilhantes. Dessa forma, desde já convidamos a todos os estudantes, professores, pesquisadores, intelectuais honestos e demais interessados na luta em defesa do ensino público e gratuito a participarem de nosso 41º Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia, que será realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 20 e 24 de abril de 2022. O 41º ENEPe terá como marco o retorno dos Encontros Nacionais massivos e será a consolidação da persistente mobilização levado a cabo pelos estudantes mais conscientes de nosso país, guiados pela ExNEPe, constituindo-



se num histórico Encontro Nacional que demarcará uma vitória acachapante do caminho combativo e independente do movimento estudantil sobre o velho caminho imobilista que será varrido pela história, pois o futuro pertence aos que lutam de forma consequente.

VIVA A EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA!

VIVA O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMBATIVO E INDEPENDENTE!

VIVA O 23 DE NOVEMBRO!

VIVA OS 10 ANOS DA COMBATIVA GREVE DA UNIR!

VIVA OS VITORIOSOS ENCONTROS ESTADUAIS DE 2021!

ABAIXO A BNC DA FORMAÇÃO DOCENTE! REABERTURA IMEDIATA DAS UNIVERSIDADES E ESCOLAS!

